

Cotação

- Dólar: R\$ 5,70
- Euro: R\$ 6,16



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-Feira • 26 de Março 2025

CLIPPING

Efemérides

| Hoje | 27 de Março |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Dia do Cacau | <ul style="list-style-type: none">• Dia do Circo |

Agenda do Prefeito

| Hoje | 27 de Março |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• 08h30: Reunião com Diretores na Secretaria de Educação | <ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda |

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Nova Imprensa • Diário Caiçara • TV Thati • Jornal Massaguaçu • Band Vale

Índice

| | |
|--|-----------|
| Política..... | 3 |
| O Estado de São Paulo..... | 3 |
| O Estado de São Paulo..... | 4 |
| O Estado de São Paulo..... | 5 |
| O Estado de São Paulo..... | 6 |
| Folha de São Paulo..... | 7 |
| Folha de São Paulo..... | 7 |
| Folha de São Paulo..... | 9 |
| Folha de São Paulo..... | 10 |
| Folha de São Paulo..... | 11 |
| Governo Municipal de Caragatatuba abre inscrições para processo seletivo com 232 vagas de agente de apoio escolar..... | 12 |
| Cotidiano..... | 13 |
| O Estado de São Paulo..... | 13 |
| O Estado de São Paulo..... | 14 |
| Folha de São Paulo..... | 15 |
| Folha de São Paulo..... | 15 |
| Folha de São Paulo..... | 17 |
| Geral..... | 18 |
| Ambiental apreende mais de 790 kg de palmito irregular; multas ultrapassam R\$168 mil.. | 18 |
| Clipping Eletrônico..... | 19 |
| Entrevista com o Secretário de Saúde, Dr. Raphael Ghetti para a TV Câmara..... | 19 |

Política

O Estado de São Paulo

Ministros barram alegações das defesas e preparam abertura de processo penal

Magistrados derrubam todas as objeções e nulidades apresentadas pelos advogados de Bolsonaro e mais 7 acusados; Primeira Turma vota hoje se aceita acusação formal da PGR

RAYSSA MOTTA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem a julgar a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete acusados de integrar o "núcleo crucial" de um plano de golpe de Estado no País. Após quase seis horas de sessão, os advogados de defesa deixaram o plenário com um saldo negativo. Um a um, os questionamentos processuais apresentados pelos defensores foram rejeitados pelos ministros, o que indica que eles deverão acolher a acusação formal apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e tornar réus Bolsonaro e os demais denunciados.

Após a fase preliminar, os magistrados iniciam hoje a votação que vai definir se o colegiado recebe ou não a denúncia – eles irão avaliar se há elementos suficientes para iniciar um processo criminal, o que é chamado no jargão jurídico de "justa causa da ação penal".

Ontem, a sessão da Primeira Turma terminou sem que fosse acatado nenhum argumento técnico dos advogados de defesa sobre supostos "vícios" formais no andamento da investigação, com o objetivo de tentar encerrar prematuramente o inquérito.

Bolsonaro surpreendeu e compareceu à Corte. Ele acompanhou o dia inicial do julgamento na primeira fila do plenário (mais informações na pág. A10).

Os oito acusados que integram o "núcleo crucial" são defendidos por um elenco de renomados advogados, habituados ao enfrentamento nos tribunais superiores. Nas sustentações orais, reforçaram críticas à condução da investigação e às conclusões da PGR.

Nos questionamentos analisados pelos ministros, eles pediram a suspensão de Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin, o que os impediria de participar da votação. Os pedidos foram rejeitados pelo plenário do STF em uma sessão extraordinária convocada pela presidência da Corte na semana passada. A Primeira Turma confirmou ontem a decisão. Os ministros argumentaram que a análise deste ponto está superada na medida em



Primeira Turma do Supremo julga acusação sobre o chamado 'núcleo 1' da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República

que a controvérsia foi analisada pelo colegiado.

COMPETÊNCIAS. As defesas dos denunciados também questionaram a competência do STF para processar e julgar o caso. Os advogados alegavam que os acusados não têm mais foro por prerrogativa de função e, por isso, o processo deveria tramitar na primeira instância. Moraes, relator do caso, lembrou que o tribunal reafirmou sua competência para processar e julgar ações relacionadas ao 8 de Janeiro, independentemente do foro dos acusados.

Os advogados também pediram o julgamento no plenário do STF e não na Primeira Turma. Desde 2023, segundo o regimento interno do Supremo, ações penais são julgadas nas turmas, para desafogar o plenário e deixá-lo livre para decidir sobre controvérsias constitucionais. O ministro Luiz Fux foi o único que votou a favor da transferência do julgamento ao plenário do Supremo e ficou vencido. "Essa matéria não é tão pacífica assim. Essa matéria já foi mudada e remudada e voltou-se à tese originária várias vezes", justificou.

Os advogados de Bolsonaro defendem que a competência das turmas não se aplica a presidentes e, por extensão, a ex-presidentes, especialmente após a ampliação do foro para além do fim do mandato. Moraes argumentou que essa é uma previsão "excepcional" aplicada exclusivamente a presidentes em exercício porque o eventual recebimento da denúncia contra o chefe do Exe-



Jair Bolsonaro acompanha o julgamento ao lado dos advogados

Turma nega pedido para anular delação de Cid

As defesas de Jair Bolsonaro e Braga Netto tentaram anular o acordo de colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid. "Em nenhum momento este STF, por meio do ministro relator, interferiu no conteúdo ou nos termos do acordo colaboração premiada", reagiu Alexandre de Moraes. Os ministros da Primeira Turma destacaram que o próprio Cid solicitou a homologação do acordo. ● R.M.

cutivo provoca o seu afastamento das funções, o que gera a vacância do Poder Executivo. Além disso, as defesas alegaram que o julgamento na Prime-

ra Turma suprimiria o chamado "duplo grau de jurisdição" – a possibilidade de revisão das decisões pelo colegiado completo.

A defesa do general Augusto Heleno questionou a divisão do processo. Os advogados alegavam que o julgamento não poderia ter sido fatiado – as análises foram divididas conforme os cinco núcleos da denúncia da PGR – e que a ramificação poderia gerar sentenças antagônicas. Para os ministros, a fragmentação não prejudica as defesas e também não há risco de divergências nas sentenças porque o órgão julgador é o mesmo, a Primeira Turma do STF.

rou que todo o acervo probatório usado na denúncia foi franqueado às defesas. "Não houve nenhum tipo de deslealdade", acrescentou Flávio Dino.

A defesa do general Braga Netto alegou que a investigação do golpe é irregular porque foi aberta com base no inquérito das milícias digitais. A investigação das milícias digitais foi instaurada de ofício por Moraes a partir do compartilhamento de provas de outro inquérito, o dos atos antidemocráticos, arquivado por iniciativa da PGR. Os ministros defenderam que compete ao próprio Supremo definir os termos de um eventual desmembramento das investigações em tramitação na Corte.

A defesa de Bolsonaro alegou que ele foi vítima de "pesca probatória" – investigação genérica que mira um alvo específico e tenta produzir provas contra ele sem uma hipótese criminal previamente estabelecida. Moraes afirmou que, na verdade, houve um "desencadeamento de investigação".

Os advogados de Bolsonaro defenderam ainda que deveriam ser aplicadas ao caso as regras do juiz de garantias, que prevêm a divisão dos processos criminais entre dois magistrados, um responsável por conduzir a fase pré-processual e outro por analisar as provas reunidas e julgar a ação. Os ministros, porém, observaram que os processos de competência originária do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não estão sujeitos a sistemática do juiz de garantias. ●

O Estado de São Paulo

Denúncia do golpe

Bolsonaro acompanha julgamento na 1ª fila do plenário e provoca Moraes

Ex-presidente publica tuité durante sessão; advogado afirma em sustentação oral que denúncia da PGR 'traz conjecturas'

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi ontem à sede do Supremo Tribunal Federal (STF) para acompanhar o primeiro dia do julgamento da denúncia que o acusa de uma tentativa de golpe de Estado. Ele se sentou na primeira fileira do plenário da Primeira Turma da Corte, ao lado de seus advogados, Celso Vilardi e Paulo Amador da Cunha Bueno.

Além da defesa de Bolsonaro, advogados de outros sete denunciados se manifestaram ontem perante o colegiado. A maioria repetiu os argumentos apresentados previamente ao tribunal, com questionamentos à denúncia da Procuradoria-Geral da República, queixas de falta de acesso a provas, pedidos de suspensão de ministros e contestações ao acordo de delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid.

Bolsonaro desembarcou em Brasília de manhã, num voo que partiu de São Paulo às 6h30, e se dirigiu ao STF, onde chegou por volta das 9h30. Mais cedo, o ex-presidente compartilhou com seus contatos mais próximos no WhatsApp uma mensagem em que diz nunca ter tramado um golpe e que tentam condená-lo pelo 8 de Janeiro ainda que ele não estivesse no Brasil naquela data. Ao fim, diz "confiar na Justiça".

A ida de acusados ao Supremo para julgamentos de denúncias não é usual. Normalmente, os advogados preferem deixar a arena só para eles porque o denunciado não tem direito de falar. Bolsonaro, no entanto, foi até o tribunal e reuniu na Corte uma tropa de congressistas aliados.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, esteve no plenário da Primeira Turma antes do início da sessão. Barroso cumprimentou o presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, e foi embora antes de a análise do caso começar.

Durante a leitura de relatório pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, o ex-presidente demonstrou contrariedade. Bolsonaro passava a mão no rosto e inclinava a cabeça, indicando uma discordância dos argumentos iniciais apresentados pelo chefe do Ministério Público Federal. "A organização criminosa documentou seu projeto e, durante as investigações, foram en-

PRIMEIRO DIA DE JULGAMENTO

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal analisa denúncia do inquérito do golpe

Procuradoria-Geral da República



PAULO GONET
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

"A ORGANIZAÇÃO TINHA POR LÍDERES O PRÓPRIO PRESIDENTE E O CANDIDATO A VICE. TODOS ESTIMULARAM E REALIZARAM ATOS TÍPICOS DE ATENTADO CONTRA A EXISTÊNCIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO"

Denunciados



JAIR BOLSONARO (PL)
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA



ANDERSON TORRES
EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



BRAGA NETTO (PL)
FOI CANDIDATO A VICE NA CHAPA DE BOLSONARO E MINISTRO DA CASA CIVIL E DA DEFESA



PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
GENERAL. FOI MINISTRO DA DEFESA E COMANDANTE DO EXERCITO



MAURO CID
TENENTE-CORONEL. FOI AJUDANTE DE ORDENS DA PRESIDÊNCIA. FEZ ACORDO DE DELAÇÃO



ALMIR GARNIER
ALMIRANTE. FOI COMANDANTE DA MARINHA



AUGUSTO HELENO
GENERAL. FOI MINISTRO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI)



ALEXANDRE RAMAGEM (PL)
EX-DIRETOR DA ABIN, ATUALMENTE É DEPUTADO FEDERAL

Ministros da Primeira Turma

Colegiado vota hoje se acata denúncia



ALEXANDRE DE MORAES
RELATOR



CRISTIANO ZANIN
PRESIDENTE



FLÁVIO DINO



CÁRMEN LÚCIA



LUIZ FUX

INFORMAÇÃO: ESTÁDIO

Crimes

- ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
- ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
- GOLPE DE ESTADO
- DANO QUALIFICADO COM USO DE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA
- DETERIORAÇÃO DE PATRIMÔNIO TOMBADO

Questionamentos das defesas

- SUSPEIÇÃO DOS MINISTROS ALEXANDRE DE MORAES, FLÁVIO DINO E CRISTIANO ZANIN **NEGADO**
- COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR O CASO **NEGADO**
- JULGAMENTO PELO PLENÁRIO DO STF E NÃO PELA PRIMEIRA TURMA **NEGADO**

2021, com discursos de "ruptura" capitaneados por Bolsonaro, e termina no dia 8 de janeiro de 2023. Para o advogado, não é possível tipificar pronunciamentos como parte da "tentativa de deposição de um governo legitimamente eleito" porque, na ocasião, Bolsonaro ainda era presidente. A defesa afirmou também que a delação de Cid é inválida porque ele relatou ter sido pressionado para confirmar "narrativa pronta".

O advogado do ex-ministro Braga Netto (PL), que foi candidato a vice de Bolsonaro em 2022, também defendeu a anulação do acordo "viciado" de Cid e reclamou acesso a provas. O criminalista José Luis Oliveira Lima afirmou que o general é inocente. "A defesa não teve menor condição de analisar o que foi produzido."

'DEVER'. O advogado Cezar Bittencourt, que representa Cid, por sua vez, pediu que o STF rejeite a denúncia em relação ao militar. afirmou que Cid agiu com "dignidade, grandeza e responsabilidade", "cumpriu com o seu dever" e "tem o direito de receber o que merece". "Ele serviu à Justiça."

Já o advogado Matheus Mayer Milanez, que representa o general Augusto Heleno, criticou o fatiamento do julgamento. "Os fatos são exatamente os mesmos. Nós podemos ter sentenças antagônicas e discordâncias sobre o mesmo conjunto fático", argumentou.

As defesas de ex-comandantes das Forças Armadas negaram a participação dos militares na trama golpista. O advogado Andrew Fernandes Farias afirmou que não há elementos mínimos que demonstrem a atuação do ex-ministro da Defesa e ex-chefe do Exército Paulo Sérgio Nogueira no plano de ruptura. O advogado Demóstenes Torres, que representa o ex-comandante da Marinha Almir Garnier, chamou a denúncia da "invenção".

O advogado Paulo Renato Garcia Cintra Pinto falou em defesa do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo a defesa, não faria sentido Ramagem apoiar um golpe logo após ter sido eleito para o Congresso. O advogado Eumar Novacki, que defende Anderson Torres, classificou a minuta golpista apreendida na casa do ex-ministro da Justiça como arquivo "absurdo e apócrifo".

ATO. Após reunir público abaixo do que previam no ato pró-anistia promovido neste mês, no Rio, bolsonaristas acreditam que o julgamento em curso no STF pode estimular a manifestação de 6 de abril, em São Paulo. "Vamos para a Paulista pedir democracia", disse o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). ● FRANCISCO LEALI, GUILHERME CAETANO, RAYSSA MOTTA, RICARDO CORRÊA, WESLEY GALZÓ E MARCELO DE MORAES

contrados manuscritos, arquivos digitais, planilhas e trocas de mensagens reveladoras da marcha da ruptura da ordem democrática", disse Gonet.

FUTEBOL. Bolsonaro acompanhou o julgamento sentado de frente para Zanin. Sobretudo na primeira parte da sessão, quando houve a sustentação oral de Gonet, o ex-presidente conversou ativamente com seus defensores. Aproveitou também para fazer postagem no X (antigo Twitter) com uma provocação ao ministro Alexandre de Moraes.

"Brasil e Argentina em campo hoje (ontem) às 21h no Monumental de Núñez. Vamos torcer pelos nossos garotos voltarem com a vitória. Já no meu caso, o juiz apita contra antes mesmo de o jogo começar... e ainda é o VAR, o bandeirinha, o técnico e o artilheiro do time adversário; tudo numa pessoa só", escreveu o ex-chefe do Executivo federal.

A defesa de Bolsonaro teve 15 minutos na tribuna da Pri-

"Brasil e Argentina em campo hoje (ontem) às 21h no Monumental de Núñez. Vamos torcer pelos nossos garotos voltarem com a vitória. Já no meu caso, o juiz apita contra antes mesmo de o jogo começar"

Jair Bolsonaro (PL)
Ex-presidente, em postagem no X

meira Turma para tentar livrar o ex-presidente de uma ação penal. A sustentação oral - momento em que a defesa expõe seus argumentos - era a mais aguardada da sessão, uma vez que Bolsonaro é acusado de ser o líder da organização criminosa que, segundo a PGR, planeja anular a eleição de 2022 e executar autoridades.

'POSSIVELMENTE'. A estratégia da defesa foi tentar colocar em dúvida o fôlego das provas reunidas na denúncia. "Enquanto

a Polícia Federal fala 'possivelmente', enquanto a denúncia traz conjecturas, como a impressão de um documento no Palácio do Planalto, o fato concreto é que o acusado de liderar uma organização criminosa para dar golpes socorreu o ministro da Defesa nomeado pelo presidente Lula porque o comando militar não o atendia. Foi o presidente (Bolsonaro) que determinou a transição", disse Vilardi.

O criminalista afirmou que o ex-presidente não assinou nenhuma minuta de caráter golpista nem teve participação no 8 de Janeiro. "Com o presidente não se achou absolutamente nada. Entendo a gravidade de tudo o que aconteceu no 8 de Janeiro, mas não é possível que se queira imputar a responsabilidade ao presidente o colocando como líder de uma organização criminosa quando ele não participou."

Vilardi questionou a organização da denúncia. Gonet traçou uma linha do tempo do plano golpista, que começa em

O Estado de São Paulo

Toffoli vota e STF tem maioria para cassar Zambelli

Ministro adianta voto em plenário virtual e, mesmo com pedido de vista de Nunes Marques, placar indica que Corte deve condenar deputada

KARINA FERREIRA
JULIANO GALISI

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, na manhã de ontem, para condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com uso de arma de fogo. O caso envolve um episódio ocorrido na véspera do segundo turno das eleições de 2022, quan-

do Zambelli perseguiu um homem no bairro Jardins, em São Paulo, empunhando uma arma.

Após quatro votos favoráveis à condenação, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques, mas Dias Toffoli – assim como fez Cristiano Zanin – antecipou o voto e adiantou a formação da maioria na Corte. Além dos cinco anos e três meses de prisão, a condenação pode resultar na perda do mandato da deputada federal.

Apesar de a maioria estar formada, o julgamento ainda não foi encerrado e a execução penal não será imediata. Mesmo após o encerramento do julgamento, cabem recursos à sentença proferida.

A maioria dos ministros seguiu o entendimento do relator do caso, Gilmar Mendes. Além de Toffoli, votaram com o relator Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Flávio Dino e

Data

Ainda não há previsão de quando o julgamento será retomado pelos ministros; prazo máximo é de 90 dias

Zanin. Restam os votos de Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Luiz Fux, André Mendonça e Nunes Marques.

Ainda não há data para a retomada do julgamento. O regimento interno do STF prevê

que o ministro que pede vista precisa devolver o processo em até 90 dias ou o caso é liberado automaticamente para ser incluído novamente na pauta.

Em nota divulgada anteontem, a defesa de Zambelli celebrou o pedido de vista de Nunes Marques, para que ele e os demais ministros pudessem “examinar minuciosamente o processo e constatar, como exposto nos memoriais encaminhados, que não pode prevalecer o voto condenatório” proferido pelo relator. Os defensores da deputada federal não haviam se manifestado após a formação da maioria na Corte.

A análise do caso ocorre em plenário virtual, modalidade em que os ministros não deba-

tem, somente registram seus votos. Se a Corte decidir pela condenação, a deputada perde o mandato somente após o trânsito em julgado do processo, ou seja, depois que todos os recursos forem esgotados.

'DEPRIMIDA'. Zambelli rebateu ontem as acusações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que responsabilizou a deputada por “tirar o mandato” de sua chapa na eleição presidencial de 2022.

“Não acho justa. Eu sempre o defendi, estou com depressão, sendo julgada, e no pior momento ele falar dessa forma é trazer muito peso para as minhas costas”, disse ela em entrevista ao portal **g1**. ● COLABOROU ADRIANA VICTORINO

O Estado de São Paulo

Apagões

Grande SP planeja barrar na Justiça renovação da Enel

Prefeito da capital paulista anunciou ação conjunta dos 24 municípios contra a Agência Nacional de Energia Elétrica

A Prefeitura da capital paulista, com as demais cidades da região metropolitana de São Paulo atendidas pela Enel, companhia responsável pela distribuição de energia, anunciaram que vão mover uma

ação conjunta contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A medida é uma reação a um aditivo aprovado pela Aneel que, segundo a gestão Ricardo Nunes (MDB), permite que a concessionária renove o seu contrato com as cidades por mais 30 anos.

A reportagem procurou a Aneel, que não se pronunciou anteontem. Já a Enel afirmou, em nota, que tem “forte compromisso” com todos os clientes da área de concessão e dis-

se que investirá R\$ 10,4 bilhões até 2027 em toda a região. “O investimento será destinado a melhoria, reforço, digitalização e expansão do sistema de distribuição.”

A possível ação judicial dos municípios é anunciada um mês depois de a diretoria da Aneel aprovar, em 25 de fevereiro, o termo para a renovação em 30 anos na concessão de distribuidoras de energia, abrangendo 19 empresas com contratos a vencer entre 2025 e 2031. O vínculo da Enel com São Paulo está previsto para se encerrar em 2028.

Nunes alega que a Aneel faz “uma manobra desonesta” de antecipar um contrato que vence em 2028 e afirma que a Enel “não respeita as pessoas” e “toda hora dá problema” para as cidades atendidas pela distribuidora. “Temos aqui a aprovação de todos os prefei-

tos para uma ação judicial conjunta, não só da cidade de São Paulo, mas passa a ser agora dos 24 municípios que integram a região metropolitana”, disse Nunes, durante a reunião anteontem do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

O que motiva essa decisão
Diretoria da Aneel aprovou, em 25 de fevereiro, termo para a renovação em 30 anos de concessões

HISTÓRICO. Desde 2023, Nunes tem criticado os serviços prestados pela empresa em razão dos constantes apagões em dias de chuva e pela demora da concessionária em restabelecer a energia dos moradores. Em novembro daquele ano, um forte temporal deixou

mais de 2,1 milhões de pessoas da região metropolitana de São Paulo sem luz por dias seguidos, e com a energia sendo restabelecida totalmente quase uma semana depois. Na ocasião, o prefeito moveu ação civil pública na Justiça contra a concessionária por entender que a empresa descumpria acordos com a capital.

Em outro forte temporal, em outubro de 2024, 3,1 milhões de imóveis que ficaram sem luz, segundo dados da própria companhia. No começo do ano passado, o prefeito chegou a ir a Brasília para protocolar no Tribunal de Contas da União (TCU) um pedido de fiscalização do contrato da Prefeitura com a Enel e entregou ao tribunal um ofício com detalhes das falhas cometidas pela concessionária. Defendeu ainda o fim do vínculo com a companhia. ● CAIO POSSATI

Folha de São Paulo

STF rejeita anular delação e mantém caso de Bolsonaro na Primeira Turma; Fux diverge

Colegiado nega questionamentos de defesas, e julgamento que pode tornar ex-presidente da República réu será retomado nesta quarta

César Feitoza e Ana Pompeu

BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) começou nesta terça (25) o julgamento da denúncia da trama golpista atribuída ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com a manifestação das defesas, da PGR (Procuradoria-Geral da República) e a discussão de questões processuais.

Os ministros negaram cinco preliminares levantadas pelos advogados, como a nulidade da colaboração premiada de Mauro Cid e o envio do caso para o plenário da corte —o ministro Luiz Fux ficou vencido nesse ponto. O julgamento que decidirá se Bolsonaro vira réu será retomado nesta quarta (26) com o voto de Alexandre de Moraes.

Acusado de liderar a trama golpista, Bolsonaro foi o único dos oito denunciados por integrar o núcleo central da organização criminosa a acompanhar o julgamento no STE.

O julgamento começou às 9h30, com a leitura do relatório de Moraes. O procurador-geral Paulo Gonet falou por 30 minutos pelo recebimento da denúncia, e as defesas apresentaram seus argumentos durante duas horas.

A PGR dividiu a denúncia em cinco grupos. O central, do qual Bolsonaro faz parte, é o primeiro a ser julgado pelo STF.

Dois pontos geraram controvérsia. O principal se refere à validade da colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid —fio condutor da denúncia.

As defesas de Bolsonaro e do ex-ministro Walter Braga Netto defenderam nulidade da delação diante das contradições de Cid.

Celso Vilardi, advogado de Bolsonaro, disse que Cid "rompeu com o acordo quando vazou a delação [como] saiu na revista Veja". Ele se referia aos áudios em que o militar se queixava do direcionamento de sua delação.

Os ministros negaram por unanimidade a nulidade da delação de Cid. Alexandre de Moraes destacou que ele próprio verificou a voluntariedade e a regularidade do acordo de colaboração premiada quando recebeu o tenente-coronel para uma audiência, em novembro de 2024.

"Em nenhum momento esse Supremo, por meio do ministro-relator, interferiu no conteúdo ou nos termos do acordo de colaboração premiada, tendo exercido somente o que a lei garante a todo juiz", disse.

A controvérsia sobre a validade do acordo de Mauro Cid foi levantada pelo ministro Luiz Fux. "Este não é o momento próprio, mas vejo com muita reserva no-



Jair Bolsonaro (sentado na plateia, 2º da dir. para a esq., na primeira fila) acompanha o julgamento na Primeira Turma do STF. Antonio Augusto/STF

ve delações de um mesmo colaborador, cada hora apresentando uma novidade".

Cármen Lúcia e Cristiano Zanin concordaram que a discussão deve ser feita após o recebimento da denúncia.

Os ministros da Primeira Turma também negaram o pedido das defesas para declarar o Supremo incompetente para julgar a trama golpista. A decisão se deu por maioria: 4 a 1. Fux foi o único a discordar. Quando o Supremo decidiu, em 2023, deixar as ações penais com as turmas, ele já tinha apresentado relutância.

O ex-presidente chegou poucos minutos antes da abertura dos trabalhos, pela manhã.

Junto dele foi um batalhão de deputados bolsonaristas, todos do PL, liderados pelo deputado Luciano Zucco (RS).

Parte dos advogados optou por não entrar nos detalhes da denúncia sob a justificativa de que o Supremo não concedeu acesso à íntegra das provas colhidas pela Polícia Federal durante a investigação. Outra parte criticou a falta de provas da PGR na denúncia.

Moraes comentou algumas das questões de mérito. Em resposta às críticas à condenação dos

envolvidos no 8 de janeiro, disse que era preciso desfazer uma "narrativa totalmente inverídica".

"Um dos nobres advogados disse uma questão de terraplanismo e aqui seria muito semelhante. Se criou uma narrativa, assim como a Terra plana, de que o STF estaria condenando 'velhinhas com a Bíblia na mão', que estariam passeando num domingo ensolarado pelo Supremo, pelo Congresso Nacional e pelo Palácio do Planalto", disse Moraes.

"Nada mais mentiroso do que isto, seja porque ninguém lá estava passeando —e as imagens demonstram isso—, seja pelas condenações", afirmou.

A Primeira Turma julga agora o recebimento da denúncia contra o núcleo central da trama golpista. Nessa fase, os ministros analisam somente se a acusação apresenta indícios de autoria e materialidade.

Se a denúncia for recebida, os acusados se tornam réus e passam a responder a ações penais.

Foram acusados por integrar o núcleo principal da organização criminosa Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-chefe da Abin), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Jair Bolsonaro (ex-presidente da República), Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e da Defesa).

Eles são acusados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado.

Somadas, as penas máximas chegam a 43 anos de prisão.

Filhos de Zuzu Angel e Herzog assistem ao julgamento

A jornalista Hildegard Angel, filha de Zuzu Angel, acompanhou a sessão do STF que pode tornar réu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por liderar a trama golpista.

A morte da estilista Zuzu Angel numa batida de carro armada pela ditadura completa 50 anos em abril de 2026.

Além dela, Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, também morto pela ditadura, acompanhou o julgamento.

Folha de São Paulo

Defesa nega elo com trama e diz que Bolsonaro ajudou transição nas Forças

Advogado reconhece gravidade do 8 de janeiro, mas afirma que ex-presidente não é culpado e pede nulidade de delação feita pelo ex-ajudante de ordens Mauro Cid

Cézar Feitoza e Ana Pompeu

BRASÍLIA O advogado Celso Vilardi, defensor de Jair Bolsonaro (PL), afirmou em julgamento da Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça (25) que o ex-presidente não participou de trama golpista e, ao contrário, ajudou na transição do comando das Forças Armadas no final de seu governo.

Ele defendeu a nulidade da delação do tenente-coronel Mauro Cid, dizendo ter havido omissão, mentira e contradição, e cobrou acesso a provas do processo. Também reconheceu a gravidade dos ataques de 8 de janeiro de 2023, mas afirmou não ser possível culpar Bolsonaro.

"Eu entendo a gravidade de tudo o que aconteceu no 8 de janeiro. Mas não é possível que se queira imputar a responsabilidade ao presidente da República o colocando como o líder de uma organização criminosa quando ele não participou do 8 de janeiro. Pelo contrário, ele a repudiou."

A corte vai decidir se aceita a acusação da PGR (Procuradoria Geral de Justiça) para tornar réus Bolsonaro e outros sete acusados de integrar o núcleo central da trama golpista de 2022.

"Foi o presidente que determinou a transição, que eles [chefes das Forças] atendessem o ministro da Defesa [José Mucio] que assumiria em janeiro. Não é possível dizer que é compatível com uma tentativa de golpe e com o uso do comando militar quando o presidente da República autoriza a transmissão do poderio militar em dezembro [de 2022]", afirmou Vilardi.

A defesa de Bolsonaro se aproveitou de uma declaração do ministro José Mucio Monteiro no programa Roda Viva, da TV Cultura, em fevereiro. Na ocasião, o atual chefe da Defesa disse que teve dificuldade de conversar com os comandantes das Forças Armadas na transição de governo, em 2022, e pediu ajuda de Bolsonaro para intermediar o contato.



Celso Vilardi, advogado de Bolsonaro, e Fabio Wajngarten, ex-chefe da Secom. Adriano Machado/Reuters

Advogado chega sem credencial, briga e é detido

O advogado e ex-desembargador Sebastião Coelho foi detido nesta terça-feira (25) no STF. Ele, que é o defensor de Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro, que não está entre os acusados cujas denúncias estão sob análise na sessão desta terça, foi orientado a assistir ao julgamento na Segunda Turma. A Primeira é quem julga a matéria.

Coelho foi à entrada do plenário da Primeira e, ao ser impedido de entrar, gritou "arbitrários" e foi retirado por seguranças. Ele foi liberado depois.

Segundo o STF, ele não se credenciou para o julgamento.

"O fato concreto é que o acusado de liderar uma organização criminosa para dar golpes foi quem socorreu o ministro da Defesa nomeado por Lula porque o comando militar não o atendia", disse o advogado de Bolsonaro.

Vilardi voltou a criticar a delação de Mauro Cid. Segundo ele, o tenente-coronel quebrou o acordo quando a revista Veja publicou trechos da colaboração.

Segundo o advogado, a audiência chamada por Moraes em novembro para que Cid tivesse oportunidade de se corrigir seria uma inversão processual.

O advogado de Braga Netto, José Luís Oliveira Lima, também defendeu a derrubada da delação de Cid. O principal, na visão dele, é o fato de o tenente-coronel ter mentido nos depoimentos.

"[Cid] Prestou nove depoimentos e não fala do Braga Netto. Quando estava com risco de perder seu acordo, ele fala um detalhe que era simples: um financiamento do plano. Quer dizer que ele faz nove depoimentos e esqueceu de falar logo disso?"

A defesa do ex-chefe da Mari-

nha Almir Garnier afirmou que a denúncia contra o militar não apresenta provas concretas de seu suposto apoio aos planos por um golpe de Estado.

O advogado Matheus Milanez, que defende Augusto Heleno, comparou a denúncia da PGR com uma série televisiva de cientistas que tentam comprovar que a Terra é plana.

Eumar Roberto Novacki, defensor de Anderson Torres, reforçou a gravidade dos ataques de 8 de janeiro, mas disse que a resposta exige serenidade.

A defesa de Alexandre Ramagem afirmou ao STF que a radicalização do governo Bolsonaro, que incluiu uma trama golpista, ocorreu depois de ele deixar a direção da Abin.

O advogado de Paulo Sérgio Nogueira, Andrew Fernandes Farias, defendeu que a acusação da PGR contra contradiz elementos incluídos ao processo pelas declarações de Cid.

Cezar Roberto Bitencourt, defensor de Mauro Cid, se limitou a reforçar o papel do militar para a investigação.

Principais temas trazidos pelas defesas de acusados pela trama golpista de 2022

IMPEDIMENTO DE MINISTROS
As defesas pediram impedimento dos ministros Moraes, Dino e Zanin. Uma das alegações é que Moraes seria parte no processo, já que a investigação da PF aponta que seria alvo de um plano de assassinato. No caso de Dino, citam o fato de ele já ter apresentado ação penal contra Bolsonaro. Sobre Zanin, lembraram ele ter assinado notícia-crime em casos envolvendo Bolsonaro antes de entrar no Supremo.

A decisão contra o impedimento foi dada por larga maioria.

COMPETÊNCIA DO STF

As defesas questionam se seria competência do STF julgar o caso ou se não deveria ser tratado pelo plenário. O advogado de Bolsonaro argumentou que a competência seria do plenário pelo fato de o denunciado ter sido presidente da República na época dos fatos. Também pediu a aplicação do juiz de garantias. Moraes argumentou que em quase 1.500 ações o STF já reafirmou competência para todos os crimes sobre o 8 de janeiro de 2023.

CERCEAMENTO DE DEFESA

Advogados dizem que não tiveram acesso total às provas e também citaram "pescação probatória" —quando uma diligência é autorizada sem fato justificado para colher possíveis provas— e "document dumping", prática de entregar um grande volume de documentos desorganizados. A defesa de Augusto Heleno falou também contra o fatiamento da denúncia sob pena de dificultar a ampla defesa e a impossibilidade do contraditório. Dino afirmou não identificar no processo nenhum motivo para nulidade. Assim como Moraes, ele disse que, se a ação penal for instaurada, as defesas terão acesso a mais provas.

COLABORAÇÃO PREMIADA

As defesas pediram a anulação do acordo de delação do tenente-coronel Mauro Cid dizendo ter havido vícios, como ausência de voluntariedade. Eles citaram também a falta de confiabilidade na fala do militar, que teria omitido informações em alguns de seus depoimentos.

Moraes argumentou que o Supremo atuou de acordo com seu papel de "verificar a regularidade, a voluntariedade e a legalidade" da colaboração.

Folha de São Paulo

Fux adiciona algum drama a roteiro previsível montado por Moraes

Análise

Ministro vê fragilidade em delação de Mauro Cid e é seguido por colegas Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, enquanto Flávio Dino atua como linha auxiliar de relator do processo da trama golpista

Fábio Zanini

SÃO PAULO Num julgamento com roteiro e desfecho previsíveis, coube ao ministro Luiz Fux proporcionar alguma emoção na sessão da Primeira Turma do STF nesta terça-feira (25), confirmando a expectativa das defesas dos denunciados pela suposta trama golpista.

Os sinais haviam surgido na véspera, quando ele interrompeu o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, "a mulher que pichou a estátua da Justiça", que virou um símbolo para os bolsonaristas da mão pesada do STF.

As posições do ministro foram recebidas com algo próximo de euforia por advogados conformados em conseguir no máximo arrancar a condenação já formada da corte pela condenação de Jair Bolsonaro.

A primeira divergência foi sobre o foro para o julgamento, que Fux defendeu que fosse transferido para o plenário. Nada que se comparasse, no entanto, à sua crítica às fragilidades da delação do tenente-coronel Mauro Cid, de longe o principal elemento probatório contra Bolsonaro e aliados.

"Vejo com muita reserva nove delações de um mesmo colaborador, cada hora acrescentando uma novidade", disse Fux.

Explicou que, se não achava que era o caso de nulidade da delação agora, não excluía defender essa possibilidade em outras fa-



TV mostra julgamento do lado de fora do STF. Evaristo Sa/APP

ses do processo.

Arrematou com pedido no mínimo incomum: quer acompanhar presencialmente os depoimentos de Cid durante o julgamento, para formar sua própria convicção sobre a sinceridade em suas palavras.

É possível que Fux tenha influenciado os dois ministros que se pronunciaram em seguida, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin. Ambos foram na mesma linha, reconhecendo que a delação tinha problemas, mas dizendo que não era o momento de rejeitá-la.

Zanin, ex-advogado de Lula e opositor feroz das delações da Lava Jato que incriminaram seu então cliente, observou que "o delator pode ter mentido, é uma possibilidade".

Prevaleceu, no entanto, o voto do relator, Alexandre de Moraes, que previsivelmente fez uma defesa enfática da confiabilidade de Mauro Cid como delator, apesar de suas idas e vindas.

Em linhas gerais, disse que os seguidos depoimentos, em vez de demonstrar fragilidade, eram mecanismos de aprimoramento



A pitada de drama inserida por Fux muito dificilmente levará a um resultado favorável para Bolsonaro ou o núcleo mais próximo dele, seja na aceitação da denúncia ou no julgamento e provável condenação ao ex-presidente. Pode haver, no entanto, espaço para alguma gradação de penas e reavaliação de acusações relacionadas a personagens secundários da trama. O que o ministro fez questão de deixar claro é que, como disse em determinado momento da sessão, "a matéria não é tão pacífica assim", como a dupla Moraes-Dino quer fazer crer

da colaboração. E, como costuma fazer, revestiu seus argumentos de retórica contra os produtores de fake news e de um nacionalismo meio fora de lugar. "Não vão intimidar o Poder Judiciário. O Brasil é um país soberano e independente", afirmou.

Como linha auxiliar, Moraes contou, como já esperado, com Flávio Dino, que cumpriu a tarefa de reverberar os argumentos do relator. Outro veterano das batalhas da Lava Jato, Dino traçou uma distinção entre as delações daquela operação e as de agora.

"A melhor forma de matar uma boa ideia é executando-a a mal", disse o ministro, em referência velada às colaborações tocadas por Sergio Moro e Deltan Dallagnol — e depois anuladas.

Houve, segundo ele, uma "estigmatização do instituto da delação premiada", que seria apenas "um meio de obtenção de provas como outra qualquer". "Não há rejeição moral à delação premiada", concluiu.

A pitada de drama inserida por Fux muito dificilmente levará a um resultado favorável para Bolsonaro ou o núcleo mais próximo dele, seja na aceitação da denúncia ou no julgamento e provável condenação ao ex-presidente.

Pode haver, no entanto, espaço para alguma gradação de penas e reavaliação de acusações relacionadas a personagens secundários da trama.

O que o ministro fez questão de deixar claro é que, como disse em determinado momento da sessão, "a matéria não é tão pacífica assim", como a dupla Moraes-Dino quer fazer crer.

A pergunta óbvia é o que teria acontecido se, em vez dos cinco ministros da turma, o caso estivesse sendo julgado pelos 11 do plenário, que incluem 2 indicados por Bolsonaro (Kassio Nunes Marques e André Mendonça). Certamente o roteiro montado pelo relator, que parece seguro até seu desfecho final, ficaria mais exposto a intempéries.

Folha de São Paulo

Supremo forma maioria para condenar e cassar Zambelli por ataque armado em 2022

Julgamento da deputada federal foi interrompido por pedido de vista de Kassio Nunes Marques, a quem ela agradeceu por meio de nota

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria na madrugada desta terça (25) para condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) na ação penal em que é acusada de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal.

O ministro Dias Toffoli antecipou o voto e concordou com o relator, Gilmar Mendes, mesmo após o pedido de vista feito no dia anterior por Kassio Nunes Marques. Cristiano Zanin também antecipou seu voto.

Já haviam votado pela condenação Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Flávio Dino.

Em nota, a deputada agradeceu a Kassio pela suspensão do julgamento e disse esperar que, apesar da maioria, magistrados da corte reconsiderem sua posição.

O julgamento ocorre em plenário virtual, ambiente remoto em que os ministros depositam votos. Com o pedido de vista, foi suspenso e será retomado quando Kassio apresentar seu voto.

Ele pediu vista quando quatro votos já haviam sido dados para condenar a congressista a 5 anos e 3 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, e à perda do mandato por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma.

O advogado Daniel Bialski, que a representa, disse que o caso está em aberto e esperar que eventual voto em sentido distinto ou pedido para o processo ser apreciado no plenário físico mude os rumos do julgamento.

A acusação do Ministério Público Federal foi feita após o episódio em que a deputada sacou e



A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) Bruno Santos - 25.fev.24/Folhapress



O contexto fático em que deputada federal persegue em via pública, com arma de fogo, indivíduo desarmado de corrente partidária adversa, na véspera das eleições, após troca de insultos recíprocos, reveste-se de elevado grau de reprovabilidade

Gilmar Mendes
ministro do STF e relator do processo, durante seu voto

apontou uma arma a um homem no meio da rua em São Paulo, em 29 de outubro de 2022, na véspera do segundo turno das eleições.

Na ocasião, ela perseguiu um homem negro após uma discussão no bairro dos Jardins, em São Paulo. Um segurança da parlamentar chegou a fazer um disparo e foi preso pela Polícia Civil.

“O contexto fático em que deputada federal persegue em via pública, com arma de fogo, indivíduo desarmado de corrente partidária adversa, na véspera das eleições, após troca de insultos recíprocos, reveste-se de elevado grau de reprovabilidade”, disse Gilmar, o relator, ao votar pela condenação.

Em nota, Zambelli disse que, apesar da defesa ter reivindicado “seu legítimo direito de efetivar defesa oral, o pleito sequer foi analisado pelo ilustre relator do processo no STF”.

Colaborou Renata Galf

Folha de São Paulo



O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do Prado (PL) Danilo Verpa - 15.mar.25/Folhapress

Presidente da Alesp se coloca como opção para governo de SP em 2026

Chance de Tarcísio disputar Planalto também mobiliza Kassab, Nunes e Ricardo Salles

Victória Cócolo

SÃO PAULO O presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), André do Prado (PL), se colocou à disposição para disputar o governo em 2026, caso seja escolhido pelo aliado Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Tenho 32 anos de vida pública. Já fui vereador, vice-prefeito, prefeito, estou no quarto mandato como deputado e presido a Assembleia. Não tenho medo de desafios. Estou pronto para alçar qualquer voo político", afirmou o deputado estadual.

A declaração foi dada a jornalistas durante a participação do deputado em um evento da Secretaria Estadual de Educação, junto a

“

Tenho 32 anos de vida pública. Já fui vereador, vice-prefeito, prefeito, estou no quarto mandato como deputado e presido a Assembleia. Não tenho medo de desafios. Estou pronto para alçar qualquer voo político

André do Prado
presidente da Alesp

prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais. A agenda aconteceu na manhã desta terça-feira (25), no Memorial da América Latina, na zona oeste de São Paulo.

Apesar disso, o aliado de Tarcísio reforçou que essa é uma decisão que dependerá da costura da base aliada.

De acordo com ele, todos devem se sentar à mesa, onde serão colocados os nomes que vêm sendo aventados, como Gilberto Kassab (PSD), o vice-governador, Felício Ramuth (PSD), Guilherme Derrite (PL) e Ricardo Nunes (MDB), prefeito de São Paulo.

A possibilidade de Tarcísio não concorrer à reeleição tem levado aliados a falar publicamente sobre suas movimentações na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes no próximo ano.

Na segunda-feira (24), Kassab disse que cogita disputar o governo caso Tarcísio deixe o cargo para ser presidenciável. A CNN Brasil o secretário afirmou: "O candidato em São Paulo é o Tarcísio, e o meu candidato será o dele. Caso ele decida disputar a Presidência e avalie que o meu nome é o mais adequado, eu aceito a missão".

Em evento do ex-governador João Doria, na segunda-feira, questionado sobre o tema, Nunes disse que pretende ficar na prefeitura até o final do atual mandato, mas evitou prometer que não deixará o cargo para uma eventual disputa pelo Palácio dos Bandeirantes no ano que vem. "A mi-

nha intenção é ficar quatro anos como prefeito. [Mas] as coisas acabam mudando", disse.

Outro que se coloca como possível candidato ao governo paulista é o deputado federal Ricardo Salles (Novo). Ao site Metrôpolis, ele declarou que vai concorrer caso o governador não dispute a reeleição.

Perguntado sobre quais critérios serão utilizados para a definição do candidato ao governo, André do Prado respondeu que a escolha está relacionada à articulação política, mas também a uma decisão pessoal de Tarcísio.

"Primeiro, o governador tem que escolher alguém para dar sequência ao trabalho que ele vem fazendo. Caso ele ocupe um cargo diferente no tabuleiro eleitoral no ano que vem, Tarcísio tem que escolher uma pessoa que esteja preparada, que tenha o mesmo sentimento dele e que vá dar continuidade a todo o trabalho que vem sendo feito", afirmou o deputado.

Apesar de negar oficialmente que será candidato, Tarcísio é o nome mais cotado da direita para disputar o Planalto, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está inelegível até 2030, por decisão da Justiça Eleitoral.

Nesta terça-feira, a Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) começou o julgamento que pode tornar Bolsonaro réu sob a acusação de liderar uma tentativa de golpe de Estado em 2022.

Prado foi reeleito no último dia 15 para um segundo mandato no comando da Alesp.

A reeleição já era esperada, pois foi costurada em acordo que tem apoio até da federação PT/PCdoB/PV, segunda maior bancada da Casa, com 18 deputados.

Foi a primeira vez desde 1969 que foi permitido para um deputado ser reeleito presidente em um mesmo mandato. A permanência no comando se tornou possível após a aprovação de uma PEC, em outubro do ano passado, que alterou a Constituição paulista, que antes vedava a reeleição.

Ele recebeu 88 votos de 92 possíveis no pleito.

Veículo
Tamoios News
Radar Litoral
Diário Caiçara
Jornal Massaguaçu



Governo Municipal de Caraguatuba abre inscrições para processo seletivo com 232 vagas de agente de apoio escolar

As inscrições para as 232 vagas da função (12 reservadas para PCD) podem ser feitas até às 16h do dia 4 de abril (sexta-feira). O edital de abertura da seleção foi publicado na Edição 1.546 do Diário Oficial Eletrônico do Município desta terça-feira (25/3).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

O Estado de São Paulo

Religião

Médicos cogitaram parar tratamento e deixar papa Francisco morrer

Sergio Alfieri contou da internação e disse que 'duas vezes a situação foi perdida' e 'então aconteceu como um milagre'

O médico Sergio Alfieri, chefe da equipe que cuidou do papa Francisco no Hospital Gemelli, em Roma, disse ontem, em entrevista ao jornal italiano *Corriere Della Sera*, que no momento mais crítico do tratamento do pontífice, após casos até de insuficiência grave, foi cogitado suspender o tratamento e deixar Francisco morrer, uma vez que ele estava sofrendo bastante.

"Tivemos de escolher entre parar e deixá-lo ir ou forçá-lo e tentar todos os medicamentos e terapias possíveis, correndo

o risco muito alto de danificar outros órgãos. E no fim nós tomamos esse caminho", afirmou Alfieri.

De acordo com o médico, a pior noite foi em 28 de fevereiro, quando o papa sofreu crise respiratória com vômitos. "Pela primeira vez, vi lágrimas nos olhos de algumas pessoas ao redor dele. Eram pessoas que, percebi, durante esse período de hospitalização, amam sinceramente, como a um pai. Todos nós sabíamos que a situação havia se deteriorado ainda mais e ali havia o risco de ele não sobreviver."

Segundo ele, o pontífice estava totalmente consciente durante todo o processo. "Estávamos saindo do período mais difícil, enquanto o papa Francisco comia, teve regurgitação e inalou. Foi o segundo momen-



DOMINICO STINELLIS/AP - 23/3/2025

Não há previsão de quando o papa fará novas aparições públicas

to realmente crítico porque nesses casos – senão forem ocorridos prontamente – há risco de morte súbita, além de complicações nos pulmões, que já eram os órgãos mais comprometidos. Foi terrível, realmente achamos que não conseguiríamos."

Alfieri também explicou que o papa delegou as decisões a seu assistente médico pessoal, Massimiliano Strappetti, em quem tem total confiança. "Strappetti nos disse 'Tente de tudo, não desista', e ninguém desistiu." O médico ainda ressaltou que nenhuma informação sobre o estado de

saúde foi omitida, mesmo nos momentos graves. "Desde o primeiro dia, ele nos pediu para contar a verdade e queria que contássemos a verdade sobre sua condição." Mesmo em relação à comunicação, o médico relata que "informávamos a parte médica aos secretários e eles acrescentavam as outras informações que o papa aprovava, nada foi alterado".

MILAGRE. Na entrevista, ele também aceitou falar sobre o valor das orações, enviadas ao chefe da Igreja Católica por fiéis em todo o mundo. "Há uma publicação científica se-

gundo a qual as orações dão força aos doentes. Neste caso, o mundo inteiro começou a rezar. Posso dizer que duas vezes a situação foi perdida e, então, aconteceu como um milagre. Claro, ele era um paciente muito cooperativo. Ele passou por todas as terapias sem nunca reclamar."

De volta ao Vaticano, Francisco continua o seu tratamen-

Incentivo

"Strappetti (o assistente médico pessoal) nos disse 'Tente de tudo, não desista', e ninguém desistiu"

to, que inclui remédios e fisioterapia – uma equipe médica o acompanha 24 horas. Ontem, foi à pequena capela do segundo andar da Casa Santa Marta para concelebrar a missa e seguiu alternando trabalho e descanso. Quanto às visitas planejadas de chefes de Estado e de governo em geral, não há previsão de retomada – para hoje ele enviou uma mensagem escrita para a audiência geral. Também não se sabe quando o papa fará a próxima aparição pública ou se participará das solenidades da Semana Santa. ● VATICAN NEWS.

AFP E CORRIERE DELLA SERA

O Estado de São Paulo

Campeonato Paulista

Decisão leva Corinthians e Palmeiras a dividir voo



ALEX SILVA/ESTADÃO, 16/3/2025

O uruguaio Emi Martínez, do Palmeiras, e o equatoriano Félix Torres

Times adotaram voos fretados para a volta de jogadores que servirão suas seleções; Ángel Romero e Ríos compartilharam avião

MURILLO CÉSAR ALVES
RODRIGO SAMPAIO

Corinthians e Palmeiras montaram operações especiais para o retorno de seus atletas convocados na Data Fifa, por causa da disputa da finalíssima do Campeonato Paulista. Os clubes vão fretar voos para garantir que ambas as equipes estejam com todos os jogadores à disposição dos técnicos Ramón Díaz e Abel Ferreira na partida de amanhã, às 21h35 (horário de Brasília), na Neo Química Arena. Uma dessas viagens foi compartilhada entre os clubes, para “resgatar” Romero e Richard Ríos.

No Corinthians, os volantes

José Martínez e André Carrillo, que estavam com suas seleções ontem no duelo entre Venezuela e Peru, pelas Eliminatórias da Copa do Mundo, retornam ao Brasil logo após a partida, em voo fretado.

Eles estão sendo acompanhados pelo fisioterapeuta do clube Bruno Gortatte. De acordo com o planejamento, hoje a dupla vai realizar trabalho de recuperação física pela manhã e treinar com o restante do elenco na parte da tarde.

O mesmo esquema será adotado para o zagueiro Félix Torres, que está à disposição do Equador – enfrentou o Chile, em Santiago, ontem à noite. Sua volta ao Brasil será em voo comercial.

O holandês Memphis Depay chegou ao Brasil ontem, após representar a seleção de seu país nas partidas contra a Espanha pela Liga das Nações da Uefa, e vai fazer um trabalho específico de recuperação física de olho na final.

Do lado do Palmeiras, os seis jogadores convocados por suas seleções tinham chegada à capital paulista prevista para a madrugada e manhã de hoje.

Piquerez, Emiliano e Facundo Torres, trio da equipe uruguaia que encarou a Bolívia, tomaram um voo fretado direto de La Paz. Richard Ríos, convocado pela Colômbia, utilizou uma viagem fretada pelo Palmeiras, na qual teve a companhia do paraguaio Ángel Romero, do Corinthians. Colômbia e Paraguai se enfrentaram ontem à noite, na cidade de Barranquilla.

Em ambos os percursos, os atletas palmeirenses tiveram acompanhamento de perto de fisioterapeutas do clube.

Finalíssima
Corinthians e Palmeiras
vão se enfrentar
amanhã, às 21h35, na
Neo Química Arena

BRASILEIROS. O goleiro Werverton e o atacante Estêvão, convocados por Dorival Júnior, retornaram ao Brasil no voo da própria seleção brasileira, de Buenos Aires, onde a equipe encarou a Argentina ontem. Além deles, o Palmeiras também terá a volta de Lucas Freitas, coordenador de fisioterapia, chamado pela CBF para esta Data Fifa.

O primeiro jogo da final terminou com a vitória do Corinthians em pleno Allianz Parque, por 1 a 0, com gol de Yuri Alberto. Agora, o time alvinegro decide em casa e tem a vantagem do empate para ficar com o título e impedir o tetracampeonato do rival.

Por sua vez, a equipe alverde precisa vencer o rival por dois gols de diferença para levar a taça, ou devolver o resultado da partida de ida para decidir o título nos pênaltis.●

Folha de São Paulo

Simulação de imposto mínimo por nível e composição de renda

Valores anuais em R\$

| Renda | Salários | Juros | Dividendos | IR mínimo | IR mínimo, em % | IR pago | Imposto adicional |
|-----------|----------|-----------|------------|-----------|-----------------|---------|-------------------|
| 600.000 | 100.000 | 250.000 | 250.000 | 0 | 0 | 48.608 | 0 |
| 650.000 | 100.000 | 275.000 | 275.000 | 10.000 | 0,8 | 52.358 | 0 |
| 700.000 | 100.000 | 300.000 | 300.000 | 20.000 | 1,7 | 56.108 | 0 |
| 750.000 | 100.000 | 325.000 | 325.000 | 30.000 | 2,5 | 59.858 | 0 |
| 800.000 | 100.000 | 350.000 | 350.000 | 40.000 | 3,3 | 63.608 | 0 |
| 900.000 | 100.000 | 400.000 | 400.000 | 60.000 | 5,0 | 71.108 | 0 |
| 1.000.000 | 100.000 | 450.000 | 450.000 | 80.000 | 6,7 | 78.608 | 1.392 |
| 1.100.000 | 110.000 | 495.000 | 495.000 | 100.000 | 8,3 | 87.558 | 12.442 |
| 1.200.000 | 120.000 | 540.000 | 540.000 | 120.000 | 10 | 96.508 | 23.492 |
| 1.300.000 | 130.000 | 585.000 | 585.000 | 130.000 | 10 | 105.458 | 24.542 |
| 1.400.000 | 140.000 | 630.000 | 630.000 | 140.000 | 10 | 114.408 | 25.592 |
| 1.500.000 | 150.000 | 675.000 | 675.000 | 150.000 | 10 | 123.358 | 26.642 |
| 2.000.000 | 200.000 | 900.000 | 900.000 | 200.000 | 10 | 168.108 | 31.892 |
| 3.000.000 | 200.000 | 1.400.000 | 1.400.000 | 300.000 | 10 | 243.108 | 56.892 |
| 4.000.000 | 200.000 | 1.900.000 | 1.900.000 | 400.000 | 10 | 318.108 | 81.892 |
| 5.000.000 | 200.000 | 2.400.000 | 2.400.000 | 500.000 | 10 | 393.108 | 106.892 |

Fonte: Estimativas de impacto das mudanças no imposto de renda - <https://observatorio-politica-fiscal.libre.fgv.br/> - FGV Libre

IR mínimo deve pegar milionários e pode gerar superávit, mostra estudo

Economista calcula que retenção na fonte de dividendo para o exterior possa garantir margem de R\$ 11 bilhões para compensar queda na distribuição de lucro

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Imposto de Renda mínimo proposto pelo Ministério da Fazenda para compensar a desoneração de quem ganha até R\$ 7.000 deve alcançar basicamente pessoas com renda anual superior a R\$ 1 milhão, segundo estudo do economista Sérgio Gobetti publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Libre.

A nota técnica "Estimativas de impacto das mudanças no imposto de renda" mostra ainda que a arrecadação com esse novo tributo pode superar o custo da desoneração proposta em mais de R\$ 10 bilhões. O valor poderá ser menor, no entanto, se houver queda na distribuição de lucros por parte das empresas para fugir dessa tributação.

Gobetti sugere que o Congresso Nacional direcione esse possível resultado positivo, caso ele se confirme, para reduzir a tri-

butação do consumo, e avalia que é importante não desdramatizar a proposta do governo com base em valores que podem não se confirmar.

Os cálculos têm como base os dados detalhados das declarações do IRPF de 2017 a 2022 por faixa de renda disponibilizados pela Receita Federal, com algumas estimativas projetadas para os anos seguintes. Em geral, os resultados estão em linha com as projeções do governo federal, que não trabalha, no entanto, com sobra de arrecadação.

Embora o imposto adicional se aplique a rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano, Gobetti calcula que dificilmente irá alcançar rendas abaixo de R\$ 1 milhão, devido ao mecanismo que permite olhar toda a tributação da pessoa física.

O valor pago de imposto para rendimentos dentro desse intervalo já é, em média, superior ao

mínimo previsto no projeto do governo para essa faixa de renda. "Por isso, pode-se dizer que o imposto mínimo efetivamente só deve atingir os milionários — na verdade, uma parte deles."

Ele dá como exemplo uma pessoa que tenha recebido R\$ 600 mil de dividendos isentos e R\$ 100 mil de salários. Ela já terá pago cerca de R\$ 13 mil de Imposto de Renda sobre o salário, o que representa 1,9% do ganho total, percentual superior ao mínimo, que seria de 0,8% para uma renda de R\$ 700 mil.

Esse contribuinte não teria nada mais a pagar no ajuste anual. Para que houvesse pagamento do imposto adicional, o peso dos dividendos no somatório das rendas teria de ser ainda maior.

Ele calcula que a desoneração deve custar R\$ 25 bilhões em 2026, praticamente o mesmo número divulgado pelo governo.

A cobrança do imposto míni-



O resultado fiscal dessas medidas tende a ser superavitário, mesmo em cenários em que consideremos a hipótese de redução significativa na distribuição de dividendos. As medidas se compensam até mesmo na situação extrema de uma redução na distribuição de dividendos em torno de 40% ou 50%

Sérgio Gobetti
economista

mo renderia R\$ 41,7 bilhões se fosse mantido o mesmo ritmo de distribuição de dividendos visto em 2022 para residentes no país. Uma redução de 40% na distribuição de lucros, mais concentrada nas empresas do Simples Nacional, diminui a arrecadação para R\$ 22 bilhões.

Esse é praticamente o valor estimado por ele para a retenção na fonte dos dividendos para pessoas físicas domiciliadas no Brasil (R\$ 23 bilhões), o que significa que haveria pouca restituição no ajuste anual dos residentes no país.

Com base nos dividendos distribuídos em 2022, ele calcula que a Receita deva arrecadar mais R\$ 11,3 bilhões com a retenção na fonte de valores remetidos ao exterior, o que garantiria um superávit nas contas do governo federal. O Ministério da Fazenda estima uma receita de R\$ 8,9 bilhões, valor que pode refletir a queda nessas remessas no ano passado, segundo o economista.

Há dados que apontam redução na distribuição desses lucros em 2024, o que pode explicar a projeção mais conservadora do governo.

Gobetti considera que a possibilidade de compensação usando a regra dos 34% — a soma da tributação na empresa e na pessoa física não pode ultrapassar esse percentual — não teria praticamente efeito, pois a alíquota média das empresas no Brasil é bem inferior a isso.

"O resultado fiscal dessas medidas tende a ser superavitário, mesmo em cenários em que consideremos a hipótese de redução significativa na distribuição de dividendos. As medidas se compensam até mesmo na situação extrema de uma redução na distribuição de dividendos em torno de 40% ou 50%", afirma o economista.

Ele diz que as estimativas indicam que não há risco relevante de que a reforma tenha impacto deficitário sobre as contas públicas, a menos que o Congresso decida aprovar apenas a desoneração dos assalariados de menor renda, rejeitando o imposto mínimo. **Leia mais na pág. A16**

Folha de São Paulo

Perda de estados e municípios com isenção de IR é menor que R\$ 5 bi, diz secretário da Receita

Barreirinhas afirma que entes receberão mais via fundos de participação; prefeitos e governadores mobilizam bancadas sob temor de prejuízo

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O projeto que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda a R\$ 5,000 deverá retirar cerca de R\$ 5 bilhões do caixa de governos estaduais e municipais, segundo cálculo preliminar apresentado nesta quarta-feira (25) pelo secretário Robinson Barreirinhas, da Receita Federal.

"O impacto, tranquilizo os senhores, estamos terminando o cálculo, talvez seja menos de R\$ 5 bilhões na retenção de estados e dos municípios", disse o secretário a deputados, senadores e representantes de entidades em encontro da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília. "[O valor refere-se a] toda a retenção, mas é um compromisso da Receita refinar esses dados e apresentá-los."

Prefeitos e governadores começaram a mobilizar suas bancadas por causa de possíveis perdas com o aumento da isenção. Com mais servidores públicos isentos do IR, a retenção na fonte, um dinheiro que vai direto para o caixa desses entes, ficaria menor.

A CNM (Confederação Nacional dos Municípios) calcula que apenas para as prefeituras, o impacto da mudança na lei chegará a R\$ 11,8 bilhões, considerando o imposto retido na fonte e FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A entidade diz que 3,4 milhões de servidores, entre 7,5 milhões, já estão isentos de IR. Com a proposta do governo, mais 2 milhões passariam a ficar livres do fisco, segundo a entidade.

Barreirinhas defendeu que os valores que deixarem de entrar no caixa por meio da retenção de IR serão compensados com a tributação efetiva da alta renda, que, segundo ele, vai resultar no aumento dos repasses por meio do FPM e do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

Do total arrecadado pela União com IR, 49% são repassados por esses fundos. O secretário da Receita disse considerar que não é justo que os entes calculem só o que deixarão de reter na fonte, sem prever a redistribuição via fundos. O deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da frente parlamentar, disse que mesmo o valor estimado pela Receita sendo menor do que o divulgado pelos entes, "se não compensar, o projeto não passa".

Na avaliação do secretário da



O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas

Marcelo Camargo - 8.fev.24/Agência Brasil

✚ 'Não quero colocar fogo no parquinho', afirma Barreirinhas sobre o Perse

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, defendeu aos deputados e senadores que o governo federal sempre demonstrou seriedade ao tratar de gastos tributários e que também neste ano vem se esforçando para demonstrar o impacto de benefícios fiscais nas contas públicas.

Uma dessas demonstrações teria sido o tratamento dado ao Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), cuja extinção foi publicada na segunda (24) no Diário Oficial da União.

Barreirinhas lembrou que, nas audiências públicas que debatiam a prorrogação do benefício, os setores beneficiados afirmavam que o custo era de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões ao ano.

"Não quero colocar fogo no parquinho, mas o Perse também foi debatido", disse. "Nós dizíamos que era muito maior o gasto tributário. A lei foi aprovada com teto de R\$ 15 bilhões a partir de abril. Publicamos os balanços mês a mês, o gasto tributário era de R\$ 1,2 bilhão ao mês. Sem entrar no mérito se é importante ou não, mas nós debatemos e colocamos o limite", afirmou.

Receita, o impacto para o caixa poderá ser mais relevante em municípios maiores, pois nos menores os salários dos servidores já estão isentos na cobrança. "O pequeno tende a ser beneficiado."

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, disse na FPE que, se a devolução de imposto cobrado de estrangeiros quando o recolhimento efetivo ultrapassar 34% não estiver clara, o projeto do IR será melhorado.

Essa alíquota de 34% é prevista no projeto do governo como um teto para a taxaação conjunta de empresas não financeiras e da pessoa física que recebe dividendos. Para bancos e empresas financeiras, o teto é de 45%.

O mecanismo para a devolução prevê o estorno do que os estrangeiros pagarem a mais na retenção na fonte — quando a empresa que pagou o dividendo já recolheu alíquota efetiva próxima dos 34%. Para Marcos Pinto, isso permite que investidores estrangeiros não sejam prejudicados.

A equipe econômica defende a neutralidade fiscal da mudança. Ou seja, a receita tributária que entra com a alíquota efetiva das rendas maiores cobrirá a que deixa de entrar com a faixa de isenção para R\$ 5,000. Mas estudo do economista Sérgio Gobetti publicado no Observatório de Política Fiscal do IUPERJ mostra que a arrecadação com o IR mínimo poderá superar a desoneração dos salários em mais de R\$ 10 bilhões.

Folha de São Paulo

Campinas testa semáforo com alerta para travessia de pessoas com deficiência visual

Sistema sonoro ligado a uma tag, presente em 25 cruzamentos do município, deve ser expandido, de acordo com criador da tecnologia

VIDA PÚBLICA DIAS MELHORES

Paola Ferreira Rosa

SÃO PAULO Recursos considerados universais, como o esquema de cores do semáforo, nem sempre são tão eficientes assim. Para deficientes visuais, por exemplo, esses códigos precisam ser adaptados. É aí que entra o sinal sonoro, emitido para comunicar o status das cores a pessoas cegas ou com baixa visão.

Em Campinas, a 93 quilômetros da capital paulista, um sistema está em fase de testes nos últimos três anos. Uma pequena tag se conecta via bluetooth ao semáforo, que soa um alerta ao mudar de cores.

O projeto foi criado por Paulo Eduardo de Oliveira Conde, 49, coordenador de manutenção e implantação de semáforo da Emdec (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas), responsável por gerenciar o trânsito na cidade.

Com a nova tecnologia, quando uma pessoa com deficiência visual se aproxima com a tag, o semáforo emite um alerta sonoro avisando que a acessibilidade foi acionada. Assim que o sinal abre, outro som, também proveniente do semáforo, indica que o pedestre pode passar. "Se ele atravessou e se distanciou, o sistema não emite mais nenhum som."

Os semáforos sonoros são configurados para reconhecerem a tag a uma distância de 5 até 10 metros de distância.

O servidor público trabalha há 30 anos na empresa e afirma que desde os anos 2000 busca melhorar a travessia de pessoas com deficiência visual.

Na época, surgiram os semáfo-



Semáforos reconhecem a tag e produzem alerta Divulgação/Emdec

ros com botoeiras —botões que acionam a acessibilidade— que emitem ruído. "Começamos a instalar as botoeiras e tentamos colocar essa acessibilidade em uma avenida inteira, mas as pessoas que enxergam também acabavam apertando e a todo momento o som era emitido", lembra.

Moradores e comerciantes vizinhos dos locais onde havia esses semáforos passaram a reclamar do barulho, principalmente à noite. "É um ruído de dez decibéis mais ou menos, incomoda. Ai começaram muitos pedidos para desligar o sistema. Foi quando passaram a deprecia-lo."

A Emdec inibiu o som no período noturno, e aí foi a vez de as pessoas com deficiência se queixarem da falta de acessibilidade. O servidor passou, então, a pesquisar soluções.

"O ideal seria não ter o botão e o sistema funcionar somente na presença de uma pessoa com deficiência visual", pensou. Mas, se o sistema seria "escondido", como acionar a funcionalidade?

"Tentei com wi-fi, porque todo mundo tem celular, mas tinha o risco de assalto." E voltou a pesquisar. Até que chegou aos dispositivos bluetooth.

"Criei um sistema em que o semáforo faz essa busca por dispositivos emissores do sinal ao redor e encontra os que estão cadastrados." Deu certo. O dispositivo escolhido foi uma tag em formato de chaveiro.

De acordo com o servidor, a instalação do novo sistema gera um acréscimo de custo, que é compensado pela redução do gasto com manutenção das botoeiras. "Ficou mais econômico colo-

✚ Cruzamentos onde os sinais estão instalados

- Av. Washington Luiz x tv. ICCT
- Av. Dr. Antônio Carlos Sales Jr X tv. Centro Cultural Louis Braille de Campinas
- Av. Jorge de Figueiredo Corrêa X tv. Instituto CPFL
- Av. Francisco Glicério x r. Barreto Leme
- Av. Francisco Glicério x av. Benjamin Constant
- Av. Francisco Glicério x r. Bernardino de Campos
- Av. Francisco Glicério x r. General Osório
- Av. Francisco Glicério x r. Campos Sales
- Av. Francisco Glicério x r. Treze de Maio
- Av. Francisco Glicério x r. Conceição
- Av. Francisco Glicério x r. Ferreira Penteadado
- Av. Francisco Glicério x av. Dr. Moraes Sales
- Av. Francisco Glicério x r. Cônego Cipião
- Av. Adão Focesi x av. Se Antônio Lacerda Franco
- Av. Anchieta x r. Barreto Leme
- Av. Anchieta x av. Benjamin Constant
- Av. Andrade Neves x av. Benjamin Constant
- Av. Andrade Neves x r. Dr. Sebastião de Souza
- Av. Orosimbo Maia x r. Delfino Cintra
- Av. Dr. Moraes Sales x r. Irmã Serafina
- Av. Orosimbo Maia x a. Francisco Glicério
- Av. Benjamin Constant x tv. Terminal Mercado
- Av. Benjamin Constant x r. Dr. Ernesto Khulmann
- Av. Arlindo Joaquim de Lemos X r. Bofete
- Av. Benjamin Constant x r. José Paulino

car esse sistema que aciona somente quando realmente precisa e que não está à vista das outras pessoas, porque não tem o vandalismo. Temos o custo um pouquinho maior de implantação, mas sem o custo da depreciação", afirma.

A instalação de cada botoeira sonora comum custa cerca de R\$ 1.500, segundo a Emdec. Os valores de manutenção dependem do serviço necessário e giram em torno de R\$ 600 por ponto, além da mão de obra realizada pela equipe técnica da empresa. Já a instalação do sistema acionado com a tag custa cerca de R\$ 5.000.

Nesse modelo, uma caixa de metal é acoplada ao semáforo. Dentro dela é colocado o equipamento emissor de sinal bluetooth programado para identificar os dispositivos cadastrados.

Campinas tem hoje 25 semáforos adaptados com o sistema, todos na região central.

"Colocamos onde elas realmente passam. Os próximos vão ser instalados próximo à rodoviária e a shoppings." A meta, segundo ele, é instalar 25 novos semáforos por ano. Nas ruas onde o sistema foi instalado é retirada a botoeira, e deficientes visuais que não tiveram a tag não conseguem acionar a acessibilidade. Até o momento, cerca de 110 tags foram distribuídas gratuitamente pelas secretarias e institutos que contribuíram com o projeto.

Benedito Antônio Pazinatti, 56, foi o primeiro a testar, ainda em 2021. Ele, que preside o Conselho Municipal da Assistência Social, considera que a tag facilitou o deslocamento na cidade.

"Não precisa procurar onde está a botoeirinha para apertar. Só chegar próximo e o próprio dispositivo já fala: 'Travessia solicitada'. Melhorou também para evitar vândalos. Antigamente lá em frente ao centro cultural os botões eram danificados e ficavam sem funcionar. Dava uma maior confusão [para atravessar]", afirma.

De acordo com Conde, há 500 tags disponíveis para retirada. Dispositivos como relógios inteligentes também podem ser cadastrados no sistema. Para mais informações, é possível procurar a Emdec —118 (no caso de chamadas feitas a partir do DDD 19) ou para 19 3731-2910.

Geral

Veículo
Nova Imprensa
Diário Caiçara
Band Vale



Ambiental apreende mais de 790 kg de palmito irregular; muitas ultrapassam R\$168 mil

Uma operação da Polícia Militar Ambiental apreendeu 794,44 kg de palmito comercializado irregularmente nos municípios de São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, na última segunda-feira (24). Os responsáveis foram multados em R\$ 168,2 mil.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

12.02.2025

Entrevista com o Secretário de Saúde, Dr. Raphael Ghetti para a TV Câmara

Pauta: Prefeitura de Caraguatatuba alerta moradores sobre o alto índice de focos de *Aedes aegypti*.



Assista a reportagem completa [aqui](#).